AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.092 - RS (2018/0320907-0)

RELATOR	**:**	**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE	:	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR	:	MARCOS TUBINO BORTOLAN E OUTRO(S) - RS036584
AGRAVADO	:	LUIZ HENRIQUE BIANCHI TELLES
AGRAVADO	:	MARISA CONCEICAO VILANOVA RAMOS
AGRAVADO	:	MARTA CRISTINA WISNIEWSKI
AGRAVADO	:	MONTSERRAT ANTONIO DE VASCONCELLOS MARTINS
AGRAVADO	:	NADIA MARIA HAMALLA ELABED AHMAD
AGRAVADO	:	NILSON DA SILVA RODRIGUES
AGRAVADO	:	ROSANE PINTO DOS SANTOS SAURIN
AGRAVADO	:	ROSANGELA MARIA DA SILVA QUADROS
AGRAVADO	:	SUZY CORREA ROQUE
AGRAVADO	:	ROSEMERI RAMOS DOS REIS
ADVOGADOS	:	JOSÉ VECCHIO FILHO E OUTRO(S) - RS031437
		NATÁLIA SILVEIRA MODEL - RS102928

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: ausência de prequestionamento (Súmula 282/STF); incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Ocorre que o agravante não impugnou, especificamente, os referidos fundamentos, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel.

Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **BENEDITO GONÇALVES**
Relator